

PANORAMA GERAL DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE¹

Maria Ozanira da Silva e Silva
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

PANORAMA GERAL DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Resumo: O artigo, referenciado em estudo exploratório, tem como objetivo contextualizar e traçar um panorama geral dos Programas de Transferência de Renda (PTRC) em implementação na América Latina e Caribe. Desenvolvendo uma problematização geral sobre esses programas, procura-se indicar traços fundamentais, destacando contribuições e fragilidades estruturais para o alcance do objetivo central que é o enfrentamento da pobreza e da extrema pobreza. A busca de informações foi centrada nos sites dos programas e em alguns documentos, permitindo destacar a importância desses programas no campo da proteção social não contributiva no âmbito das políticas sociais no Continente.

Palavras-chave: Pobreza, Programas de Transferência de Renda, América Latina e Caribe.

OVERVIEW OF INCOME TRANSFER PROGRAMS IN LATIN AMERICA AND CARIBBEAN

Abstract: The article, based on a survey, has as objective to contextualize and to draft a general view about the Conditioned Income Transfer Programs (PTRC) in implementation in Latin America and Caribbean. In order to develop a general problematization about those programs, it was pointed out its main traces, highlighting its structural contribution and weakness to meet the central objective that is to fight poverty and extreme poverty. The search of information was in the sites and some documents, allowing stand out the importance of those programs in the field of the non contributive social protection in the ambit of the social policies in the Continent.

Keywords: Poverty, Income Transfer Programs, Latin America and Caribbean.

Recebido em 25.11.2013 Aprovado em 06.01.2014.

1 INTRODUÇÃO

A Proteção Social na América Latina foi marcada, dos anos 1980 a meados dos anos 1990, por programas de pequena escala, dispersos, efêmeros e sem impactos relevantes, sendo que, a partir da segunda metade dos anos 1990, vêm se registrando a implantação e disseminação de Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC), embora apresentem especificidades históricas em cada país. O grande desafio continua sendo a necessidade da construção de um sistema de proteção social sustentável e capaz de assegurar direitos, permitindo a passagem de uma concepção centrada em pessoas com necessidades para uma concepção de pessoas portadoras de direitos assegurados mediante prestação de serviços suficientes e de qualidade, superando a assistência do imediato para a sustentabilidade da proteção social.

Segundo a CEPAL (2009), os novos enfoques da proteção social na América Latina consideram a redução de renda, o incremento da pobreza de renda e a exclusão social, buscando romper com a contraposição entre os princípios da universalidade dos direitos e a racionalidade da focalização. Ademais, questionam as vantagens dos modelos centrados na capitalização individual que marcaram os sistemas de proteção social e procuram combinar o combate à pobreza com o combate à desigualdade e a promoção da coesão social, com provisão de serviços sociais e oferta de programas assistenciais.

Esse redimensionamento da proteção social na América Latina e Caribe, ainda segundo a CEPAL (2009), a partir de meados de 1990, situa-se numa conjuntura de reconhecimento dos governos em relação aos benefícios e à importância do gasto social para direcionar recursos para a população mais pobre e a relevância do desenvolvimento social como potencializador do desenvolvimento econômico. Esse reconhecimento vem contribuindo para a elevação da inversão de recursos públicos para as políticas sociais com crescimento dos gastos sociais, com diferenciação de ritmo em alguns períodos e nos diferentes países.

O destaque nesse contexto são os PTRC que se propõem a transferir renda a famílias ou a indivíduos em curto prazo e a elevar o capital humano em relação às novas gerações. De modo que, se considerados 19 países da América Latina e Caribe, a cobertura desses programas cresceu de 5,7%, em 2000, para 19,3% da população total desses países, em 2010. Em termos de inversão do PIB, houve um incremento de 0,19%, em 2000, para 0,40%, em 2010. (CECCBINI; MADARIAGA, 2011), verificando-se, portanto, um ritmo muito

mais acelerado da cobertura do que dos recursos alocados a esses programas.

Todavia, numa perspectiva problematizadora sobre a realidade da proteção social na América Latina, o que se verifica é que a pobreza, foco dos PTRC, institui uma pseudo homogeneização. Na realidade, o que se percebe é uma fragmentação dos pobres em diferentes categorias: pobres, extremamente pobres, vulneráveis e excluídos, sendo a pobreza considerada atributo negativo, carência, ausência. Embora percebida numa perspectiva multidimensional em última análise, é determinada pela carência de renda, sem que a determinação estrutural seja considerada, além de ostentar um componente ideológico que termina por considerar a necessidade de contrapartidas, denominadas condicionalidades para acesso a condições mínimas de sobrevivência, direito incondicional de qualquer pessoa. Ademais, os PTRC colocam como desafios a sustentabilidade da obtenção da renda no mercado de trabalho e a necessidade de maior qualidade dos serviços sociais, principalmente no campo da saúde e da educação, com acesso universal.

O presente texto propõe-se a apresentar um quadro geral de traços qualificadores dos PTRC em implementação na América Latina e Caribe, desenvolvendo um esforço de problematização sobre seus limites estruturais enquanto programas para enfrentamento à extrema pobreza, no campo da proteção social não contributiva.

2 QUADRO GERAL DAS DIMENSÕES CENTRAIS DE CARACTERIZAÇÃO DOS PTRC EM IMPLEMENTAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Estudo exploratório para levantamento e caracterização dos PTRC em implementação na América Latina e Caribe revelou que, em 2012, esses programas se encontravam distribuídos em 18 países, sendo que alguns se constituem de mais de um componente, às vezes, considerados programas independentes (SILVA, 2013). Ademais, a relação de programas considerados no levantamento é restrita àqueles que mantêm condicionalidades, deixando de incluir alguns programas importantes, mesmo que de transferência de renda, como o Benefício de Prestação Continuada do Brasil, direcionado a idosos e a pessoas com deficiência³.

O estudo exploratório, citado, tornou possível a sistematização do quadro abaixo com a indicação de seus qualificadores mais gerais, representados por dimensões e respectivos qualificadores, permitindo uma problematização inicial apresentada, em seguida, a título de conclusão.

Quadro 1 - Programas de Transferência de Renda Condicionada em implementação na América Latina e Caribe em 2012

País	Nome do Programa	Ano de criação
Honduras	Programa de Asignación Familiar (PRAF), “Bonos 10.000” Programa Presidencial Salud, Educación y Nutrición criado em 2010	1990
México	Oportunidades	1997
Equador	Bono de Desarrollo Humano	1998
Colômbia	Programa Familias en Acción	2000
Jamaica	Programme of Advancement through Health and Education (PATH)	2001
Chile	Chile Solidário	2002
Brasil	Bolsa Família	2003
El Salvador	Red Solidarietà Programa Comunidades Solidarias Rurales Programa Comunidades Solidárias Urbanas	2005 2009
Peru	Red Juntos (Programa Nacional de Apoyo Directo a los más pobres)	2005
Paraguai	Programa Abrazo, Programa Tekoporã e Programa Ñpytyvõ	2005
República Dominicana	Programa Solidaridad	2005
Panamá	Red de Oportunidades	2006
Costa Rica	Avancemos	2006
Trinidad e Tobago	Target Conditional Cash Transfer (TCCTP)	2007
Uruguai	Programa Nuevo Régimen de Asignaciones Familiares – AFAM-PE	2008
Bolívia	Programa Bono Madre – Niño “Juana Azudy”	2009
Argentina	Programa Asignación Universal por Hijo para Protección Social (AUF)	2009
Guatemala	Mi Bono Seguro	2112

Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento na internet e sites dos respectivos programas

Quadro 2 - Dimensões qualificadoras dos PTRC na América Latina e Caribe

Dimensões	Aspectos Qualificadores
Eixos mobilizadores	<p>Determinações: crise econômica; incremento de capital humano; construção de nova rede de Seguridade Social: fortalecimento da assistência social, não contributiva (para os pobres) e manutenção do seguro social, contributivo (para os trabalhadores).</p> <p>Origem: experiências pilotos; transformação de programas de transferência de renda em desenvolvimento ou de outros programas focalizados em famílias pobres.</p> <p>Necessidades geradoras: incremento da renda da população pobre; melhoria das condições da alimentação e atendimento à saúde e à educação de crianças e adolescentes.</p>
Público Alvo	<p>Público preferencial: crianças, idosos, desempregados, mulheres grávidas ou em amamentação e pessoas com deficiências. Menor indicação: indígenas, populações desalojadas por situação emergencial ou expulsas por conflitos, famílias quilombolas, população de rua e famílias com vítimas em situação de trabalho infantil e escravo, pobres ou extremamente pobres, vivendo no meio urbano, mas também no rural.</p> <p>A grande maioria dos programas se refere a famílias e não a indivíduos como seu público alvo.</p> <p>Seleção: referências a variáveis relacionadas com as condições econômicas das famílias, com destaque à renda.</p> <p>Procedimentos de seleção: formulários ou planilhas preenchidas por sistemas informatizados; entrevistas, visitas domiciliares para seleção e acompanhamento das famílias para verificar a permanência ou não dos critérios para inclusão.</p>

Objetivos	<p>Os objetivos são diretamente vinculados com a situação de pobreza, extrema pobreza ou vulnerabilidade e exclusão social.</p> <p>Objetivos centrais: superação ou alívio da pobreza intergeracional e formação de capital humano, expresso por um conjunto amplo e variado de intenções, situando-se numa estratégia mais ampla de enfrentamento à pobreza, como provisão de mínimos de renda, de alimentos, oferta de serviços, com destaque à educação, saúde, qualificação profissional e oportunidade de trabalho.</p> <p>Alguns programas são específicos nos objetivos por se direcionar a públicos alvos determinados, como crianças e adolescentes ou mulheres grávidas.</p>
Abrangência /cobertura	<p>Abrangência nacional, mas a maioria dos programas não chegou a alcançar todo o território por desenvolver implementação progressiva; são experiências pilotos; direcionam-se a grupos populacionais específicos - crianças, adolescente, mulheres gestantes e em amamentação, indígenas, entre outros; por priorizar determinados agrupamentos, como populações rurais ou bolsões de miséria; por insuficiência de recursos, etc.</p>
Crítérios de ingresso	<p>Os critérios de ingresso são diretamente relacionados com o público alvo: focalização nos extremamente pobres.</p> <p>O que é focalizar?</p> <p>Não situamos a focalização e a universalização em campos estritamente opostos, nem limitamos a focalização ao residualismo. Adotamos uma perspectiva progressista/redistributiva da focalização - discriminação positiva. (SILVA, 2001, p. 14).</p> <p>Procedimentos de seleção: testes de meios, com controle e até invasão na privacidade da vida da população alvo.</p> <p>Os PTRC têm capacidade de focalização satisfatória, embora nem sempre todos os programas tenham condições de incluir a todos conforme seus próprios critérios.</p> <p>Uso de critérios diferenciados para cada grupo de usuários ou componente do programa e diferentes procedimentos: Formatação de Sistemas de Informação de nível nacional ou local para servir de fonte de informações para seleção de beneficiários de programas sociais; Visitas domiciliares, para comprovação de informações prestadas; Entrevistas para levantamento de informações e preenchimentos de questionários; Participação do Estado com envolvimento da Sociedade Civil;</p> <p>Utilização de um conjunto amplo de variáveis para dimensionar e classificar a população em níveis ou linhas de pobreza, inclusive algumas com a construção de índices classificatórios, sendo a variável renda determinante na seleção dos beneficiários;</p> <p>Uso de critérios geográficos como critério anterior à seleção dos beneficiários; exigência de Assinatura de Termos de Compromisso; documentos comprobatórios das informações prestadas; atendimento restrito à população com cidadania do país.</p> <p>A análise dos procedimentos para seleção do público alvo destaca a complexidade e sofisticação desses procedimentos, estendidos para o acompanhamento e controle das condicionalidades com complexificação e tecnificação do campo assistencial, alterações na gestão institucional: uso da técnica para controle do fator humano, para minimização do aleatório em nome da eficiência, fazendo com que a técnica e a informatização do trabalho profissional no campo assistencial sejam dimensões de destaque no gerenciamento dos programas sociais, utilizados para padronizar as práticas e mecanismos de gestão e controle do trabalho profissional (GARRIDO, 2012, p. 19) e da vida dos beneficiários de programas sociais.</p>
Permanência /desligamento	<p>A grande maioria dos programas destaca a perda das condições de elegibilidade e o descumprimento das condicionalidades como motivo principal para suspensão e desligamento do seu público usuário. Alguns fixam um tempo limite para permanência dos beneficiários nos programas ou destacam processos de revisão periódica ou contínua.</p>

<p>Condicionalidades/acompanhamento e sanções</p>	<p>As condicionalidades, contrapartidas ou compromissos qualificadores dos PTRC implicam responsabilidade do Estado e compromisso das famílias ou indivíduos.</p> <p>Campo não consensual: Condicionalidades enquanto acesso e ampliação de Direitos; Condicionalidades enquanto negação de Direitos; Condicionalidades enquanto questão política e imposição moralista conservadora.</p> <p>Predomínio de condicionalidades para a criação e ampliação do capital humano nas áreas de educação, saúde e nutrição.</p> <p>Alguns programas destacam condicionalidades no campo do trabalho (capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho) e formação e capacitação pessoal e familiar.</p> <p>Acompanhamento: uso de sofisticados sistemas de informação; envolvimento de órgãos públicos e da sociedade.</p> <p>Sanções pelo descumprimento: advertência, seguida de suspensão e até desligamento do programa; poucos programas associam trabalho informativo e educativo ao processo de acompanhamento e controle das condicionalidades; poucos se referem às deficiências ou ao não oferecimento de serviços relacionados com as condicionalidades por parte do Estado, como razões para esse descumprimento.</p> <p>Risco: condicionalidades/punição/culpabilização dos mais vulneráveis.</p>
<p>Benefícios monetários e formas de pagamento</p>	<p>Diversificação de valores e modalidades: transferências para famílias; por pessoa: idosos, deficientes, crianças ou adolescentes; transferências periódicas; transferência de um valor único atribuído por família ou por pessoa; valores de montantes escalonados.</p> <p>Periodicidade: mensal (maioria) trimestral, bimestrais; uma única vez.</p> <p>Agentes pagadores: bancos públicos ou privados credenciados; caixas móveis; redes de caixas automáticas ou terminais de autoatendimento, casas lotéricas, empresas transportadoras; pontos de pagamentos autorizados; agências de correios e a entidade executora.</p> <p>Formas de pagamento: transferências em conta bancária; dinheiro e cheque ao beneficiário com assinatura de recibo; cartões pré-pagos; bônus ou tickets; amplo uso de cartões eletrônicos magnéticos, alguns com dispositivos sofisticados para controlar a compra de itens, visto que há programas que restringem o uso da transferência monetária a uma determinada lista de itens e, explicitamente, proíbem a compra de outros, principalmente bebidas alcoólicas e cigarros.</p> <p>A mãe é a pessoa preferencial para receber o benefício monetário.</p>
<p>Benefícios não monetários</p>	<p>Estreita relação entre ações desenvolvidas a título de benefícios não monetários com o cumprimento das condicionalidades: ações no campo da saúde, educação, alimentação/nutrição e trabalho, estas dirigidas à formação profissional, à inserção no mercado de trabalho e ao desenvolvimento de ações produtivas. Incluem ainda ações de cidadania (documentação de identificação); de fortalecimento institucional; de formação ou educação familiar; desenvolvimento humano; infraestrutura; habitação, entre outras.</p>
<p>Gestão/implementação</p>	<p>Traços fundamentais: descentralização da maioria das experiências nacionais até o nível local; inclusão sistemática de práticas de acompanhamento e avaliação dos beneficiários, sobretudo para acompanhamento das condicionalidades, e de resultados e impactos dos programas e a prática de envolvimento de entidades da comunidade e de usuários na implementação de alguns programas.</p>

<p>Impactos</p>	<p>O que são impactos?</p> <p>Segundo Cecchini; Madariaga, 2012, os impactos esperados dos PTRC apontam para duas grandes dimensões: redução da pobreza e da desigualdade social e formação de capital humano, com foco na educação, saúde, nutrição. Assim temos: mudanças em relação aos indicadores de capacidades humanas - acesso à escola e aos serviços de saúde cujos efeitos, em relação à educação, são centrados no aumento da matrícula escolar, não havendo informações conclusivas sobre a aprendizagem. No componente saúde e nutrição é verificado aumento de cobertura em controle de crescimento de crianças e em controles médicos preventivos, todavia a evidência sobre os impactos no estado de saúde e nutricional de crianças são diversificados. Em relação aos indicadores de pobreza: do ponto de vista dos usuários e os que dimensionam suas consequências nos índices de pobreza em nível nacional. Do ponto de vista dos usuários - admitem que as repercussões da transferência de renda às famílias beneficiárias podem ser sustentáveis a curto prazo, variando segundo o porte do programa. Quanto às repercussões das transferências nos indicadores de pobreza em nível nacional, as informações sobre efeitos positivos são provenientes de países onde esses programas têm amplo alcance e o montante da transferência é significativo (Argentina, Brasil, Equador, Jamaica e México). Ademais, é necessário considerar que a sustentabilidade no tempo dos efeitos na redução da pobreza e da desigualdade demanda, além da duração dos programas, a complementação de outros programas de promoção social.</p> <p>Impactos dos PTRC sobre o consumo: avaliações disponíveis em cinco países (Brasil, Colômbia, México, Nicarágua e Paraguai) mostram que o consumo das famílias aumenta, principalmente no consumo de alimentos, na compra de vestuário para as crianças, aumentando também a diversidade dos alimentos consumidos, e que nem sempre são alimentos mais saudáveis.</p> <p>Em relação à geração de renda e inserção no trabalho: os beneficiários, em geral, não conseguem inserção no mercado formal de trabalho de maneira sustentável, de modo que o emprego informal continua sendo a possibilidade mais factível para grande parte das famílias pobres e vulneráveis.</p> <p>Quanto ao trabalho infantil, este tem sido considerado de maneira diferenciada pelos programas da região, sendo os resultados alcançados variados, com tendência maior para as famílias procurarem combinar o trabalho com a assistência recebida.</p> <p>Sobre o “empoderamento” da mulher: estudos qualitativos sobre o Bolsa Família (Brasil) e o Oportunidades (México) evidenciaram incremento da posição da mulher junto à família, permitindo certo controle sobre as decisões domésticas e sobre o consumo da família, e na sua posição na comunidade, melhorando também o seu bem-estar.</p>
<p>Autonomização</p>	<p>O que é autonomização? Autonomização de quem? Das famílias beneficiárias no seu conjunto? De alguns de seus membros, como as crianças e adolescentes de hoje no seu futuro? Portanto, seria a autonomização uma decorrência da formação de capital humano, já que esta é uma ideia motriz dos PTRC?</p> <p>A análise do conjunto dos programas nos levou a identificar limites fundantes para tal autonomização: o público beneficiário é representado por famílias ou indivíduos que vivem em situação de pobreza, extrema pobreza e vulnerabilidade em sociedades marcadas pela exploração e divisão de classes, onde as oportunidades são desigualmente distribuídas; a transferência monetária transferida é insuficiente para atender às necessidades básicas das famílias, elevando-os à condição de consumidores marginais para garantir a mera sobrevivência; o público atendido pela maioria dos PTRC na América Latina e Caribe não chega a incluir parte significativa da população alvo, mantendo grande contingente de pobres e extremamente pobres fora da proteção social assistencial não contributiva; os benefícios não monetários ou ações complementares direcionadas aos membros das famílias beneficiárias, com destaque a ações de educação, saúde, nutrição e trabalho, são insuficientes para atender ao público a quem deve se destinar e, sobretudo, são serviços de baixa qualidade na maioria dos casos.</p> <p>Além dos limites fundantes, verificou-se que as referências a esses programas pouco falam de autonomização e quando o fazem é mais expressando uma expectativa, do que uma realidade, pairando no campo da intencionalidade e da subjetividade.</p> <p>Nessa análise o que verificamos foram indicações mais frequentes dos limites e insuficiência dos PTRC para o alcance de autonomia dos seus beneficiários.</p>

Fonte: Estudo exploratório dos PTRC realizado em 2011/2012

3 CONCLUSÃO

Na América Latina, as Políticas Sociais vêm sendo objeto de profundas transformações desde os anos 1980, marcando a passagem da universalização de direitos sociais, para a implantação de programas focalizados na pobreza e na extrema pobreza, situando a proteção social no contexto da reestruturação produtiva da economia mundial, sob a orientação da ideologia neoliberal.

Nesse contexto, a pobreza vem assumindo maior visibilidade e os PTRC representam a principal estratégia de política social para seu enfrentamento no Continente.

Numa rápida problematização, em razão dos limites do presente texto, é importante considerar, a partir da caracterização apresentada acima, que esses programas apresentam problemas estruturais que limitam a inclusão e manutenção de segmentos pobres e reduzem as possibilidades de impactos mais significativos sobre a redução dos índices de desigualdade e pobreza nos países onde são implementados. Entre os problemas estruturais, merece destaque a prevalência do critério da renda para definição dos pobres e extremamente pobres, embora as dimensões qualificadoras desses programas, conforme apresentado no quadro acima, realcem a dimensão multidimensional da pobreza, mas desconsiderando sua dimensão estrutural. Ademais, adotam para inclusão das famílias uma renda per capita familiar muito baixa, limitando a inclusão de famílias que vivenciam extremas dificuldades. Ainda, o benefício monetário transferido para as famílias é extremamente baixo e muito variado, limitando impactos significativos na ultrapassagem da linha de pobreza por parte das famílias beneficiárias. Merece ainda destaque a frágil articulação dos PTRC com uma política macroeconômica direcionada para o crescimento econômico sustentável e redistribuição de renda mais equitativa, além da frágil articulação entre o benefício monetário transferido para as famílias e seu acesso a serviços sociais básicos e a ações complementares nas áreas de educação, saúde e trabalho, que, além de insuficientes, são, muitas vezes, de baixa qualidade (SILVA, 2008; SILVA; LIMA, 2010; SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2012). Outro elemento a considerar é que a lógica que fundamenta esses programas coloca sob a responsabilidade das famílias, sobretudo das mulheres, a obrigação de administrar a família com valores monetários, às vezes, insuficientes para aquisição da cesta básica, além de contribuir para o efeito perverso de estímulo ao trabalho informal, considerando ser a única possibilidade para a sobrevivência de muitas famílias que não dispõem de qualquer renda ou mesmo de uma renda instável pela sua inserção em trabalhos precários. Ademais, as indicações precedentes sugerem a debilidade da autonomização dos beneficiários

inseridos nos PTRC, tanto no que se refere à sua concepção como à concretização dessa dimensão. O que podemos inferir é o estabelecimento de uma relação entre autonomização e cumprimento das condicionalidades e responsabilidades atribuídas às famílias, com destaque à responsabilização da mulher. Ou seja, parece que a criação de condições para o alcance da almejada autonomização é de responsabilidade mais das famílias do que do Estado, que deveria prover condições e oportunidades para favorecer a pretendida autonomização.

Todavia, essa realidade não anula a relevância desses programas para as famílias, por representarem possibilidades concretas de melhoria de condições imediatas de vida de grande parte da população do Continente que não dispõe, muitas vezes, de qualquer renda proveniente do trabalho.

REFERÊNCIAS

CECCBINI, Simone; MADARIAGA, Aldo. **Programas de Transferência Condicionadas**. Balance de la experiencia reciente em América Latina y el Caribe. Santiago: Naciones Unidas (Cuadernos de la CEPAL, 95), 2011.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA, **Panorama Social de América Latina, 2009**. CEPAL. Disponível em: <www.eclac.cl>. Acesso em: 10 jan. 2013.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Caracterização dos Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC) na América Latina e Caribe**. São Luís, 2012. (Texto preliminar para discussão, mimio.)

_____. **O Bolsa Família no Enfrentamento à Pobreza no Maranhão e Piauí**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; LIMA; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo Di. **A Política Social Brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 6ª ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Cortez, 2012.

NOTAS

¹ Esse artigo, apresentado na VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, 20 a 23 de agosto de 2013, contém resultados parciais de estudos desenvolvidos com o apoio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entidades do Governo brasileiro, voltadas para a formação dos recursos humanos e a pesquisa.

- ² Não consta da lista de países a Nicarágua que manteve o Programa Red de Protección Social (RPS), implementado de 2000 a 2006, com financiamento do Banco Mundial. Também o programa da Guatemala mais conhecido foi o Mi Familia Progresá (MIFAPRO), implementado de 2008 a 2011, sendo substituído em 2012 pelo Mi Bono Seguro.

Maria Ozanira da Silva e Silva

Assistente Social

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Professora do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

E-mail: maria.ozanira@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Av. dos Portugueses, 1966, Baganga –

65080-805 - São Luís - MA